



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0015371-72.2011.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Julio Cezar Bastoni da Silva**
Requerido: **Tim Celular Sa**

Proc. 1584/11

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

JULIO CEZAR BASTONI DA SILVA, já qualificado nos autos, moveu ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos morais, contra TIM CELULAR S/A, também já qualificada, alegando, em síntese, que:

a) em julho de 2011 não pode efetuar compra a crédito, tendo em conta que seu nome estava inscrito em cadastros de devedores.

b) em 23/08/2011 recebeu ligação telefônica em sua casa, dando conta da existência de débito em seu nome, junto à ré, do valor de R\$ 767,53.

Outrossim, lhe foi dito que caso pagasse a dívida no dia seguinte, teria um desconto que levaria o débito para a importância de R\$ 505,02.

c) nunca contratou com a ré.

d) apurou que no cadastro feito em seu nome junto à ré constava como seu endereço a cidade de Limeira, onde nunca residiu.

Destarte, concluiu que a contratação dos serviços da ré foi feita apenas com a informação do número de seu CPF.

Alegando que a requerida foi a responsável pela inscrição de seu nome em cadastros de devedores, sem que com ela tenha contratado, o que lhe causou danos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

morais, protestou o autor pela procedência da ação, a fim de que o seu nome seja excluído de cadastros de devedores e a ré condenada a lhe pagar indenização pelos danos morais que lhe infligiu.

Docs. acompanharam a inicial (fls. 14/25).

Em despacho proferido a fls. 27/29, este Juízo determinou ao SCPC e SERASA que não dessem publicidade a quem quer que seja das informações constantes de seus cadastros, em nome do autor, inscritas a pedido da ré.

Regularmente citada, a ré contestou (fls. 53/65), alegando que mesmo em se considerando que a habilitação de linha feita em nome do autor seja fraudulenta, não há como não observar que foi, tanto quanto o autor, vítima de fraude.

Destarte, não pode responder pelo pagamento de indenização.

Alegando que agiu de boa fé, protestou a suplicada pela improcedência da ação.

Não obstante regularmente intimado a tanto, o autor não se manifestou acerca da contestação, conforme certidão de fls. 71vo.

É o relatório.

DECIDO.

O julgamento antecipado da lide é cabível in casu, como será demonstrado.

Para que seja mantida linha coerente de raciocínio, observo que o suplicante formulou 02 pretensões (pedidos):

1) exclusão da inserção feita pela ré de seu nome em cadastros de devedores, pois não contratou com ela e nada lhe deve.

2) condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais.

Este Juízo, fundamentado no art. 128, do CPC, analisará tais pretensões, sem, entretanto, obediência, quer à ordem disposta na inicial; quer à ordem disposta na contestação, e, ainda, pontuando, em caráter exclusivo, o que entender necessário para o deslinde da controvérsia.

Nunca é demais lembrar que o juiz, conforme julgado publicado em RJTJESP - 115/207, "não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

indicados por elas, e tampouco a responder um a um, todos os seus argumentos."

Pois bem.

Em resumo, alegou o autor que houve desídia da suplicada, ao inscrever seu nome em cadastros de devedores, por dívida inexistente, pois, com ela não contratou.

O procedimento da ré causou danos de ordem moral ao requerente.

De fato, houve incúria por parte da requerida.

A suplicada ao contestar a ação não negou, exatamente, que pode ter havido fraude na espécie.

Insistiu sim, embora com outras palavras, em que foi vítima de expediente fraudulento perpetrado por terceiro; expediente esse que acabou por atingir o autor e ela mesma.

Em outras palavras, entende a ré, que não causou danos ao autor, posto que na ocasião da celebração do contrato que ensejou a inscrição do nome do suplicante em cadastros de devedores, não tinha como verificar que outra pessoa se apresentou como o requerente, portando seus documentos.

Do exposto, bem se vê que questões de fato, que seriam apuradas em dilação probatória, já foram suficientemente delineadas nos autos.

Cabe, por conseguinte, ao Juízo, analisar à luz do Direito, os argumentos deduzidos pelas litigantes.

Para tanto, breves considerações, inclusive de ordem doutrinária, devem ser efetuadas.

A Constituição Federal erigiu os direitos do consumidor àqueles tidos por fundamentais do cidadão e ainda, os considerou como basilares da ordem econômica. A propósito, veja-se: O Empresário e os Direitos do Consumidor - Fábio Ulhoa Coelho - Saraiva - ed. 1994 - pg. 25.

A suplicada é entidade prestadora de serviços, ou seja, fornecedora, nos exatos termos do art. 3o., da Lei no. 8.078/90.

O suplicante, por seu turno, pessoa física, é consumidor por equiparação, nos exatos termos do art. 17, da aludida Lei no. 8.078/90.

Com efeito, o art. 17, do CDC, como já assentado em iterativa jurisprudência prevê a figura do consumidor por equiparação, sujeitando à proteção do CDC aqueles que, embora não tenham participado diretamente da relação de consumo, sejam vítimas do evento danoso decorrente dessa relação (caso do autor).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, a controvérsia deduzida nestes autos deve ser decidida à luz dos dispositivos contidos no Código do Consumidor (Lei no. 8.078/90).

Ante o exposto, em se tratando de cobrança e inscrição indevida de nomes em cadastro de devedores, a suplicada, por força do CDC, deve demonstrar, sob o crivo do contraditório, que não houve culpa de sua parte.

Não logrando êxito no desincumbir de seu ônus, responderá pelo prejuízo.

Realmente, visto que tal posicionamento nos parece mais consentâneo com magistério de Aguiar Dias, segundo o qual "se é relativamente fácil provar o prejuízo, o mesmo já não acontece com a demonstração da culpa. A vítima tem à sua disposição todos os meios de prova, pois não há, em relação à matéria, limitação alguma. Se, porém, fosse obrigada a provar, sempre e sempre, a culpa do responsável, raramente seria bem sucedida na sua pretensão de obter ressarcimento. Os autores mais intransigentes na manutenção da doutrina subjetiva reconhecem o fato e, sem abandonar a teoria da culpa, são unânimes na admissão do recurso à inversão da prova, como fórmula de assegurar ao autor as probabilidades de bom êxito que de outra forma lhe fugiriam totalmente em muitos casos. Daí decorrem as presunções de culpa e de causalidade estabelecidas em favor da vítima: com esse caráter, só pela vítima podem ser invocadas. Assim, o princípio de que ao autor incumbe a prova não é derogado em matéria de responsabilidade civil, mas recebe, nesse domínio, em lugar do seu aparente sentido absoluto, uma significação especial, que por atenção a outra norma (réus in excipiendo fit actor), vem a ser esta: aquele que alega um fato contrário à situação adquirida do adversário é obrigado a estabelecer-lhe a realidade. Ora, quando a situação normal, adquirida, é a ausência de culpa, o autor não pode escapar à obrigação de provar toda vez que fundadamente, consiga o réu invocá-la. Mas se, ao contrário, pelas circunstâncias peculiares à causa, outra é a situação-modelo, isto é, se a situação normal faça crer na culpa do réu, já aqui se invertem os papéis: é ao responsável que incumbe mostrar que, contra essa aparência, que faz surgir a presunção em favor da vítima, não ocorreu culpa de sua parte. Em tais circunstâncias, como é claro, a solução depende preponderantemente, dos fatos da causa, revestindo de considerável importância, o prudente arbítrio do Juiz na sua apreciação."

Conclui o ilustre jurista que "o que se verifica, em matéria de responsabilidade, é o progressivo abandono da regra "actori incumbit probatio", no seu sentido absoluto, em favor da fórmula de que a prova incumbe a quem alega contra a normalidade, que é válida tanto para a apuração de culpa como para a verificação da causalidade. À noção de normalidade se juntam, aperfeiçoando a fórmula, as de probabilidade e de verossimilhança que,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

uma vez que se apresentem em grau relevante, justificam a criação das presunções de culpa." (transcrição efetuada de Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial - Rui Stocco - RT - pgs. 47/48 – ob. citada).

Pois bem, analisando-se a controvérsia deduzida nestes autos, à luz das transcrições doutrinárias supra efetuadas, a conclusão que se impõe é a de que a situação-modelo faz crer na culpa da suplicada, tendo em conta sua admissão, em sede de contestação, de que pode ter sido vítima de expediente fraudulento praticado por terceiro, que não o autor.

Em outras palavras, não afastou a ré a hipótese de fraude.

Logo cabia à ré e tão somente a ela, demonstrar que contra a aparência, que faz surgir a presunção em favor da vítima (ou seja, o autor), não ocorreu culpa de sua parte.

Em que pese a argumentação expendida na contestação, não logrou a suplicada se desincumbir de seu ônus.

E para que se chegue a tal conclusão, desnecessária, como acima observado, a produção de qualquer outra prova, além da documental, carreada aos autos.

Com efeito, na discussão armada nos autos, não foi afastada a possibilidade de que a documentação do autor pode ter sido utilizada (adulterada) por terceiro.

Realmente, do contrário, não teria a ré mencionado, embora com outras palavras, que foi vítima de engodo.

Em verdade, insistiu a ré no argumento de que não tinha como apurar que a pessoa portadora dos documentos do autor ou se apresentou como ele, não era este.

Sem razão a suplicada.

De fato, ainda que se admita que a ré não tivesse como apurar quando celebração do contrato, que a pessoa que se apresentou não era o autor, certamente passou a ter, quando o pagamento da dívida não foi efetuado.

Realmente, pelo que se tem dos autos, a inserção do nome do autor, por iniciativa da ré, no cadastro de devedores mantido pelo SERASA, aconteceu em 18/05/2011 e 13/02/2011 (fls. 39) e só foi retirada, após o ajuizamento desta ação.

Portanto, a requerida podia ter entrado em contato telefônico ou por correspondência com o suplicante, para tentar resolver o impasse.

Atualmente, número expressivo de empresas (do porte da ré), contam com setores específicos para cobranças de débitos não pagos no vencimento.

Logo, não se pode dizer, ex vi do que dispõe o art. 335, do CPC, que tal conduta ou procedimento seja inusitado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

Pelo contrário, o contato das empresas credoras com os clientes inadimplentes e investigação acerca da possibilidade de utilização por terceiros de documentos, que não o titular, se constitui medida de boa cautela.

Destarte, a conclusão que se impõe é a de que a ré foi negligente, quando da inclusão do nome do autor, em cadastro de devedores e, ainda, quando deixou de tomar providências necessárias para que a situação relativa ao contrato, fosse esclarecida.

De fato, tivesse a ré entrado em contato com o autor, teria evitado o constrangimento sofrido pelo suplicante.

Realmente, é de senso comum a sorte de aborrecimentos e humilhações vividas por qualquer pessoa, em virtude da inclusão do nome em cadastros de restrição ao crédito.

Tanto é assim que em questões da espécie, como bem anotado em julgado publicado em JTA 164/234, a responsabilidade das empresas "é de natureza objetiva. Não há necessidade, pois, de analisar-se a culpa com o que se houve."

Destarte, indiscutível a responsabilidade da suplicada pela situação de constrangimento sofrida pelo autor ao verificar que seu nome encontrava-se inscrito em cadastro de devedores, por dívida inexistente.

Com efeito, fácil entender sua angústia e humilhação, ao tomar conhecimento de que figurava em cadastro de devedores, por conta de informação que não tinha razão de ser.

Nunca é demais lembrar que culpa, em seu sentido jurídico, é a omissão de cautela, que as circunstâncias exigiam do agente, para que sua conduta, num momento dado, não viesse a criar uma situação de risco e, finalmente, não gerasse dano previsível a outrem.

Como acima demonstrado, a suplicada não tomou todas as cautelas que as circunstâncias examinadas nesta sentença exigiam.

Acabou por criar situação de risco que causou dano ao autor.

Logo, e considerando o que dispõe o art. 186, do CC, deve reparar os danos que causou.

Em outras palavras, tendo restado demonstrado em linha de desdobramento causal, que a ré foi a responsável pelos danos sofridos pela autora, consistentes no registro de seu nome em cadastro de devedor, mantido pelo SPC e SERASA (fls. 11), a condenação daquela ao pagamento de indenização, ex vi do que dispõe o art. 186, do CC em vigor, é de rigor.

Assentado o dever de indenizar da ré, cabe a este Juízo fixar o valor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

da indenização.

A indenização por dano moral, segundo julgado publicado em JTJ LEX 142/95, mencionado por Rui Stoco, em Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial - pg. 405, deve ser arbitrada, pois, "nada dispondo a lei a respeito, não há critérios objetivos para cálculo e esse dano nada tem com as repercussões econômicas do ilícito."

É certo que na hipótese, a indenização, além do aspecto punitivo, deve propiciar ao prejudicado uma satisfação que atenuie a ofensa causada, sem, entretanto, lhe possibilitar enriquecimento, ou mudança substancial de padrão de vida.

Realmente, não é esse o sentido da indenização por danos morais.

O que se pretende com a indenização é a reparação do dano originado no agravo que produz dor psíquica, abalo do sistema nervoso, depressão, vergonha, que ferem a dignidade da pessoa.

Isto posto, entendo razoável, a fixação da indenização, em 10 (dez) salários mínimos – valor federal (quantia hoje correspondente a R\$ 6.780,00).

Nos termos da Súmula 326 do STJ, a indenização ora fixada deve ser corrigida a partir da data da publicação desta sentença.

Os juros de mora incidirão a partir da citação.

Outrossim, de rigor também, face ao que foi carreado aos autos, de determinar a exclusão definitiva do nome do autor de cadastros de devedores, posto que inexistente em relação à suplicante, a relação jurídica consubstanciada no contrato celebrado em nome do autor, com a ré.

Via de consequência, há que se declarar que o autor nada deve à ré, por conta de tal contrato.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo procedente** a ação.

Em consequência, face ao que foi exposto na fundamentação supra, determino seja procedida a exclusão definitiva do nome do autor de cadastros de devedores, posto que inexistente em relação ao suplicante, a relação jurídica consubstanciada no contrato (fls. 39), celebrado em nome do autor, com a ré.

Transitada esta em julgado, oficie-se ao SERASA e SPC para as providências necessárias.

Fundamentado no art. 5º, inc. X, da CF e art. 186, do CC, em vigor, condeno a ré a pagar à autora, indenização por danos morais, que fixo em R\$ R\$ 6.780,00.

O montante da indenização (R\$ 6.780,00), nos termos da Súmula 326



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

do STJ, deve ser corrigido a partir da data da publicação desta sentença.

Os juros de mora incidirão a partir da citação.

Condeno a ré ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 20% do valor da condenação.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 27 de setembro de 2013.

THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO
JUIZ DE DIREITO